

PAIGC

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DA GUINE E CABO VERDE

O POVO DA GUINE E CABO VERDE

PERANTE A ONU

Intervenção do Secretário Geral do PAIGC, camarada Amílcar Cabral, perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (XXVIIª Sessão).

Outubro 1972

Senhor Presidente,
Dignos representantes dos Estados membros,
Excelências,
Minhas Senhores,
Meus Senhores,

Permite-me, Senhor Presidente, que, antes de ler a minha intervenção, aproveite esta oportunidade para lhe dirigir as nossas saudações respeitosas e dizer-lhe quanto nos sentimos honrados de estar aqui, presentes diante da 4.^a Comissão, para colaborar com ele no quadro da luta para a descolonização. E ao mesmo tempo, peço-me dirigir, em nome do nosso povo e através dos respeitáveis representantes dos países membros aqui presentes, as saudações fraternais e calorosas da nossa nação africana, e os nossos votos mais sinceros de êxito contínuo do trabalho desta Comissão e das Nações Unidas, ao serviço da libertação dos povos e do homem, ao serviço, pois, de uma paz e do progresso verdadeiros para o mundo.

Eis, Senhor Presidente que, pela segunda vez, temos a insigne honra de nos dirigirmos a esta 4.^a Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Fazêmo-la em nome do nosso povo africano, de Guiné e Cabo Verde, do qual o nosso Partido nacional, o PAIGC, é o único, legítimo e verdadeiro representante. Fazêmo-lo com alegria e em plena consciência do facto de que vês sois nossos companheiros de luta. Esta luta difícil, mas quão exultante, pela libertação dos povos e do homem de toda a espécie de opressão, pelo advento duma humanidade melhor, num mundo de paz, de segurança e de progresso.

.../...

Se esquecer o papel, muitas vezes notável, da utopia na fe
cunção do progresso humano, somos no entanto bastante realistas.
Sabemos, com efeito, que há entre Vossas Excelências representantes
que, talvez contra sua vontade, têm o dever de adoptar uma atitude
obstrutiva, sendo negativa, quando se trata dos problemas respeitau
tes à nossa própria luta de libertação nacional.

Ousamos dizer contra sua vontade pois, slén e sequer dos im
perativos dos Estados, é-nos difícil crer que possa haver homens res
ponsáveis que, no fundo de si próprias, sejam contra as aspirações
legítimas do nosso povo africano à dignidade, à liberdade, à independ
ência nacional e ao progresso. Pois, como diria o poeta, na época
em que vivemos, pere se ser solidário dos que sofrem e lutam pela
sua libertação, "já não é necessário ser corajoso, basta ser honesto".

Senhor Presidente,

A primeira vez que nos dirigimos a esta Comissão, foi a 12
de Dezembro de 1962. Dez anos é seu dâvide um período bem longo e
algumas vezes decisivo para a vida dum ser humano, mas é muito pou
co, no quadro da existência ou da história dum povo. Contudo, gran
des mudanças, radicais e irreversíveis se operarem na vida do nosso
povo. Infelizmente não nos é possível invocar a memória de V. Exce
lências para compererem a situação de ontem e a de hoje, porque a
maioria, sendo a totalidade dos representantes nesta Comissão, não
são os mesmos. Com sua licença, Senhor Presidente, relembremous
rapidamente o que se passava então.

Foi num momento crucial da história do nosso povo. O assass
ino de Pidjiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses, a 3
de Agosto de 1959, contra os estivadores de Bissau e os trabalhado
res dos barcos de transporte fluvial em greve, fora, à custa de 50
mortos e de mais de um centom de grevistas feridos, uma dolorosa
lição para o nosso povo. Ficamos a saber que, contra os colonialis
tas portugueses, não se podia escolher entre o luto pacífico e a lu
ta armada. Eles tinham as armas e estavam decididos a massacrar-nos.

Decidimos então, numa reunião clandestina da direcção do nosso Partido, realizada em Bissau, a 19 de Setembro de 1959, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e preparar-nos para a luta armada. Para isso, necessitávamos de uma base política e sólida no campo e, após três anos de uma actividade intensa de mobilização e de organização das populações rurais, tínhamos conseguido criar uma tal base, apesar da vigilância cada vez maior das autoridades coloniais. Sentindo soprar as brisas anunciadoras do que um dirigente inglês chamou o "Wind of change", os colonialistas portugueses tinham desencadeado uma vasta acção de repressão policial e militar contra as forças nacionalistas. Em Junho de 1962, mais de 2.000 patriotas supostos de nacionalismo tinham sido presos em todo o país. Vários aldeãos foram queimados e a sua população massacrada. Dezenas de compatriotas foram queimados vivos ou afogados nos rios. Nas prisões, a tortura tinha feito dezenas de vítimas. A dialéctica da repressão tinha galvanizado e determinação do nosso povo na luta. Algumas escaramuças haviam já tido lugar entre patriotas armados e as forças de repressão colonialista.

Face a uma tal situação, achámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo poderia levar o governo de Portugal a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo.

Alguns pessoas poderiam, à luz dos acontecimentos que tiveram lugar ulteriormente, achar que éramos então ingénuos. Tínhamos achado que era nosso dever e nosso direito dirigir-nos à organização internacional. Foi num tal contexto que achámos indispensável apresentar-nos à quarta Comissão. A nossa Mensagem foi sem dúvida o espelho dum povo confrontado com uma situação particularmente difícil, mas decidido a pagar o preço necessário à reconquista da sua dignidade e da sua liberdade. A nossa Mensagem foi igualmente uma prova de confiança na força dos princípios e na capacidade de acção da organização das Nações Unidas.

Que dissemos então, perante a quarta Comissão?

Principalmente, definimos claramente as razões e os objecti

vos da nossa presença parente a ONU. Dissemos o seguinte :

"Estamos aqui, como representantes do povo africano do Guiné "português" e das Ilhas de Cabo Verde. O nosso povo deposita a sua inteira confiança no nosso Partido - o PAIGC - e organização que o mobilizou e organizou para a luta de libertação nacional, para a tarefa difícil de liquidar o colonialismo na nossa terra. O nosso povo está, como o sabeis, envergonhado pela ausência total das liberdades fundamentais e pela repressão colonial portuguesa. Considere como seus representantes legítimos, com o direito e o dever de falar em seu nome, os que, durante os 15 últimos anos da história da África, defenderam os seus interesses de todas as formas possíveis?"

Tinhamos dito ainda : - "Não estamos aqui para fazer propaganda, nem para arrancar resoluções de condenação do colonialismo português. Estamos aqui para trabalhar com V. Excelências, no sentido de obter uma solução concreta dum problema que tanto é nosso como de vós próprios ONU : a libertação urgente do nosso povo do jugo colonial. Não viemos aqui, diziamos então, para estacarmos com palavras o colonialismo português. Atacamos muitas vezes e ouvimos estecer e condenar o colonialismo português, cujas características, subterfúgios, métodos e actos são actualmente demasiado conhecidos pela ONU e pela opinião mundial. Viemos aqui a fim de, no base da situação concreta do nosso país, e com o apoio das leis internacionais, entrar com V. Excelências, e até com a própria delegação portuguesa, a vis mais curta e mais eficaz para a liquidação urgente do colonialismo no Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde.

E acrescentámos : "para nós, para o nosso povo e para o nosso Partido, chegou o hora de pôr um termo às indecisões e às pronúncias, de tomar decisões definitivas e de praticar actos concretos. Já consentimos demasiados sacrifícios, nos estamos decididos a consentir mais, para reconquistarmos a nossa liberdade e a nossa dignidade de homens, se for preciso forçarmos os caminhos e seguir. Não é por acaso que só agora consideramos indispensável a nossa presença aqui. Para agir, sobretudo no quadro dos problemas que nos trouxeram aqui, são necessários meios, meios legais, humanos e materiais. Acontece

que durante estes últimos anos estes meios se acumularem progressivamente, tanto para a ONU como para o nosso povo em luta. Estamos convencidos de que é o momento de agir e que as Nações Unidas e o nosso povo podem, na realidade agir. Para isso, achamos que uma colaboração estreita e eficaz é indispensável. Temos o direito e o dever de ajudar a ONU, para que ela nos ajude a conquistar a nossa liberdade e a nossa independência nacional. A nossa ajuda reside sobretudo na informação concreta sobre a situação no nosso país, na definição clara da nossa posição, na apresentação de propostas concretas para a solução do nosso caso".

Depois de ter exposto a situação existente no país, sobretudo no que respeitava ao reforço da repressão policial e militar, ao carácter falso das pretensas "reformas" adoptadas pelo governo de Portugal em Setembro de 1961, e às perspectivas do desenvolvimento da nossa luta, tínhamos então analisado o problema da legalidade ou da ilegalidade desta luta. Dispensao-me, Senhor Presidente, de lembrar passagens desta análise, e retorno no ponto seguinte :

"A resolução sobre a descolonização não comprometeu unicamente Portugal e o nosso povo na tarefa de liquidar a dominação colonial na nossa terra. Ele atribuiu à própria ONU a responsabilidade de fazer tudo para liquidar a dominação colonial onde quer que ela se encontre, e fim de facilitar o acesso de todos os povos colonizados à independência nacional. Estamos convencidos de que o governo português não pode continuar impune na prática obstinada dum crime internacional. Estamos igualmente convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes tanto para fazer respeitar os princípios da Carta como para impôr a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização".

Dizíamos ainda : "Não estamos aqui para pedir à ONU que envie tropas para libertar a nossa terra do jugo colonial português. Talvez pudessemos fazê-lo, mas não pensamos que isso seja necessário, pois, estamos certos de podermos libertar nós mesmos o nosso país. Invocamos um direito : o direito de obter a colaboração e uma ajuda

concreta por parte da ONU, a fim de acelerar a libertação do nosso país do jugo colonial, e diminuir assim as perdas humanas e materiais que pode exigir uma luta prolongada. Não estamos unicamente conscientes do facto de que, lutando por todos os meios pela libertação do nosso país, lutamos pela defesa da legalidade internacional, pela paz, ao serviço do progresso e da humanidade. A nossa luta perdeu o seu carácter estritamente nacional para se projectar no plano internacional. No nosso país treva-se hoje, sob diversas formas, o luta do progresso contra a miséria e o sofrimento, da liberdade contra a opressão. Se é verdade que as vítimas deste batalha não são outras senão as crianças da nossa terra, não é menos verdade que cada um dos nossos conterrâneos que sucumbem à tortura e caem sob os balos das metralhadoras coloniais portuguesas, se identifica, pelas esperanças e as certezas que temos nos corações e nos cérebros com todos os homens que amam a paz e a liberdade, e desejam viver uma vida de progresso à procura da felicidade".

Dizemos ainda : "Não lutamos apenas pela realização das nossas aspirações à liberdade e à independência nacional. Lutamos e lutaremos até à vitória para que as resoluções da Carta das Nações Unidas sejam respeitadas. Nas prisões, nas cidades e no campo do nosso país, treva-se actualmente o batalha entre a ONU, que exige a liquidação do sistema colonial de dominação dos povos, e as forças armadas do governo português, que pretendem perpetuar este sistema contra os direitos legítimos do nosso povo".

E, Senhor Presidente, perguntávamo-nos, perante este Congresso : "na realidade, quem somos nós ? Quando no nosso país um cidadão sucumbe a torturas da polícia, ele é assassinado na prisão, quando vive ou então quando cai sob as metralhas das tropas portuguesas, qual é o crime pelo qual deu a sua vida ? Deu-a, é certo, pela libertação do nosso povo do jugo colonial, mas, ao mesmo tempo, deu a sua vida pelo crime da ONU. Lutando e morrendo pela libertação do nosso país, damos a nossa vida, no contexto actual da legalidade internacional, pelo ideal que a própria ONU definiu no seu Cer

te, nas suas resoluções, em particular na resolução sobre a descolonização. Para nós, a única diferença que existe, dizíamos nós, entre o soldado indiano, o piloto italiano ou o funcionário sueco que morreu no Congo e o nosso camarada que morreu na Guiné ou em Cebo Verde reside no facto de que, agindo no nosso próprio país, ao serviço dum nosso ideal, não somos mais do que os combatentes anónimos da causa da ONU.

Estamos convencidos, dizíamos nós, de que chegou o momento de tomar consciência desta situação, de a modificar de maneira radical. Ela só serve os inimigos da ONU e, no nosso caso particular, o colonialismo português. Tendo rejeitado a condição de mandigos da liberdade, que não é compatível com a dignidade e o direito sagrado do nosso povo de ser livre e independente, tínhamos respirado então a nosso firme decisão, sejam quais forem os sacrifícios e consenti, de liquidar a dominação colonial na nossa terra e conquistar para o nosso povo a possibilidade de construir na paz o seu progresso e felicidade.

Numa tal perspectiva e na base dum tal decisão irrevocável, tínhamos definido então as três possibilidades que se ofereciam à evolução e à solução do conflito que opõe o governo de Portugal ao nosso povo africano. Essas possibilidades eram as seguintes :

- 1?) Mudança radical da posição do governo português.
- 2?) Uma acção imediata e concreta por parte da ONU.
- 3?) Luta unicamente pelos nossos próprios meios.

Como prova de nossa confiança na organização internacional e tendo em conta a influência certa que alguns dos seus membros podem exercer sobre o governo português, tínhamos então tomado em consideração unicamente as duas primeiras possibilidades e apresentado a esse respeito as propostas concretas seguintes :

Para a primeira alternativa : Contacto imediato entre a delegação portuguesa e a nossa. Consulta do governo português para que seja fixada uma data próxima com vista à abertura das negociações entre os seus representantes e os representantes legítimos da Guiné

e das Ilhas de Cabo Verde. Até à realização desses negociações, peragem dos actos de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as acções por parte dos nacionalistas.

Para a segunda alternativa : A ajuda da ONU. Aceitação do princípio de que a ajuda da ONU só será verdadeiramente eficaz se ela for realizada simultaneamente nos planos moral, político e material. Propãhemos então a criação imediata, pela ONU, dum Comité Especial para a auto-determinação e a independência nacional dos territórios administrados por Portugal. E propãhemos igualmente que esse Comité pudesse começar os seus trabalhos durante esse sessão.

Para terminar, tivemos declarado que estãvamos prontos a dar a melhor colaboração a esse Comité e proposto que este tivesse a tarefa de ajudar concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial.

Não tendo tido as nossas propostas nenhuma resposta favorável, nem por parte do governo português, nem por parte da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas, em Janeiro de 1963, para respondermos, com o nosso lato armada de libertação à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo governo de Portugal. Senhor Presidente,

Passaram-se quase dez anos eis-nos de novo perante a 4.^a Comissão. Mas a situação é completamente diferente tanto no interior da nossa terra como no plano internacional. Esta Comissão e a ONU estão mais do que nunca bem informad a sobre a situação existente na nossa terra. Com efeito, além de informação regular (relatórios, boletins de informação, comunicados da guerra e outros documentos que enviamos à ONU), cooperamos várias vezes, durante os últimos anos, perante o Comité de Descolonização, para expôr a situação da nossa luta e as perspectivas da sua evolução.

Dezenas de jornalistas, cineastas, homens e mulheres políticos, homens de ciências, escritores, artistas fotográficos e outros, de diversas nacionalidades, visitaram o nosso país a seu pe-

dido ou a nosso convite e fizeram unânimemente testemunhos irrefutáveis sobre a nossa situação. Outros, muito poucos, fizeram-no do lado dos colonizistas, a convite da autoridade portuguesa. E, salvo raras excepções, os testemunhos não agradaram de maneira nenhuma a essas autoridades. Tal é, por exemplo, o caso da equipa da Rádio-televisão francesa que visitou todas as "provincias ultramarinas", mas cujo filme foi rejeitado pelo governo de Lisboa por causa de perto relativo ao nosso país. Filme que, aliás, pudemos projectar perante o Conselho de Segurança em Addis-Abeba. Tal é também o caso do grupo de representantes do povo americano dirigido pelo congressista Charles Diggs, cujo relatório sobre a visita que fizemos ao nosso país deve merecer a melhor atenção desta Comissão e de todos aqueles que desejem obter uma informação baseada na situação na nossa terra.

Nos a ONU dispõe, presentemente, dum informação que é, segundo a nossa opinião, mais preciosa ainda : o relatório da Missão Especial que, a nosso convite, e devidamente autorizada pela Assembleia Geral, visitou as regiões libertadas da nossa terra em Abril passado. Não é, pois, por causa de uma necessidade presente de informação que estamos aqui.

Senhor Presidente,

Por outro lado, os crimes perpetrados quotidianamente pelos colonizistas portugueses contra o nosso povo são suficientemente conhecidos pela ONU e pela opinião mundial. Vítimas vivas da repressão policial e militar portuguesa fizeram testemunhos diante das instâncias da ONU, sobretudo diante da Comissão dos Direitos do Homem. Ainda o ano passado, durante a 26.^a sessão, dois dos nossos compatriotas, um queimado por napalm no terceiro grau, outro com as orelhas cortadas e com traços evidentes de torturas, compareceram perante esta Comissão. Os visitantes ao nosso país, inclusive os membros da Missão Especial das Nações Unidas, puderam constatar no próprio local os horribéis efeitos de acção criminosa dos colonizistas portugueses contra a população e contra os seus recursos, fruto do trabalho do nosso povo. Mas a ONU sabe muito bem também,

como nós, que não são as condenações e as resoluções, seja qual for o seu valor moral e histórico, que obrigen o governo de Portugal a pôr um termo ao crime de lesa-humanidade que ele comete no nosso país. Não é, pois, para obter novas condenações e resoluções mais violentas contra os colonialistas portugueses que estamos aqui de novo, perante esta Comissão.

Não é tão pouco para pedir a V. Excellências que lancem um apelo aos aliados do governo de Portugal para que cessem de lhe conceder o apoio político e a ajuda material, militar, económica e financeira - a qual é o factor primordial na continuação da guerra colonial portuguesa contra a África. Isso foi feito muitas vezes sem nenhum resultado positivo. Devemos constatar, não sem pena, que tinham razão quando, há quase dez anos, declaramos perante esta Comissão que - face à realidade concreta da economia portuguesa e dos interesses dos Estados aliados do governo de Portugal, a recomendação, e até a exigência de boicote diplomático, económico e militar não podia ser uma medida eficaz de ajuda ao nosso povo. Pelo contrário, os factos provaram que, agindo ou forçados a agir como verdadeiros inimigos da libertação e do progresso dos povos africanos, os aliados do governo português, em particular algumas das principais potências da NATO, não só reforçaram a sua ajuda aos colonialistas portugueses, mas também recusaram, sendo boicotarem sistematicamente qualquer cooperação com a maioria que, no seio da ONU, procure definir legalmente as vias e meios políticos e outros que permitem levar o governo de Portugal a respeitar os princípios da organização e as resoluções da Assembleia Geral.

Não foi há dez anos, mas é nos últimos anos que o governo português recebeu dos seus aliados as quantidades mais importantes de material de guerra, os aviões a reacção, os helicópteros, as canhoneiras, os veículos, etc. Não foi em 1962, mas este ano mesmo que o governo de Portugal recebeu uma ajuda financeira de cerca de 500 milhões de dólares de um dos seus aliados principais.

Senhor Presidente,

Para que Estados que se proclamam cúmplices da liberdade e

.../...

de democracia, defensores do "mundo livre" e da causa da auto-determinação e da independência dos povos, tenham deste mundo ou de qualquer outro lugar a ajuda concreta e o apoio necessário para derrotar o colonialismo e o imperialismo que ameaçam a paz e a liberdade do mundo, é porque têm, pelo menos em sua opinião, boas razões para o fazer. Talvez devêssemos procurar compreendê-los. Mas não podemos ser suficientemente realistas para esquecer de sonhar e pedir o impossível. Pois, como diria o nosso povo africano, só nos conta o que poderá atravessar o rio às costas do amigo do crocodilo.

Senhor Presidente,

Aqui estamos, com V. Excelências, perante o ONU, para tentarmos, como antes, obter para o nosso povo em luta uma ajuda concreta e eficaz, por parte da organização internacional. Mas, como já o dissemos, e como sabeis, a situação presentemente é, em todos os campos, diferente da de 1962. Diferente é também a ajuda de que necessitamos.

Com efeito, durante quase dez anos de luta armada e à custa de esforços e sacrifícios enormes, libertamos do domínio colonial português cerca de 3/4 do nosso território nacional, dos quais controlamos efectivamente 2/3. Isso quer dizer concretamente que, na maior parte do nosso território, o nosso povo dispõe presentemente de uma organização política sólida - a do nosso Partido; de uma organização administrativa em desenvolvimento, de uma organização judiciária, de uma economia nova, livre de toda a exploração do trabalho das nossas populações; de diversos serviços sociais e culturais (saúde, higiene, educação) e de outros meios de afirmação da sua personalidade assim como da sua capacidade de tomar em mãos o seu destino e gerir a sua própria vida.

Dispondo de uma organização militar, totalmente integrada e dirigida pelos filhos do nosso povo. Tanto as nossas Forças Armadas Nacionais - cujo tarefa é atacar sistematicamente as tropas coloniais onde elas se encontram ainda, a fim de terminar a libertação do país - como as nossas Forças Armadas Locais - que garantem a defesa e a segurança dos regiões libertadas - são hoje mais poderosas

.../...

da que nunca, temperados por uma experiência de quase dez anos de combate. A prova é que os colonialistas não são capazes de recuperar nenhuma parcela dos nossos territórios libertados, que lhes causamos cada vez mais perdas e que podemos dar-lhes golpes cada dia mais duros, inclusive nos principais centros urbanos, como Bissau, o capital, e Bafatá, a segunda cidade do país.

Todavia, Senhor Presidente, para o nosso povo e para o seu Partido nacional, o êxito mais importante da nossa luta não reside no facto de que, apesar das condições particularmente difíceis africanas sobre o nosso povo, temos sido capazes de nos batarmos vitoriosamente contra os tropas colonialistas portugueses. O êxito maior da nossa luta é o facto de que, ao mesmo tempo que nos batemos, temos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas. Uma vida ainda muito dura, é certo, porque ele exige de nós muitos esforços e sacrifícios, face à realidade dum guerra colonial de gu nocídio. Mas uma vida cheia de beleza, porque de trabalho produtivo eficaz, de liberdade, de democracia, na dignidade reconquistada do nosso povo.

Com efeito, estes quase dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, mas também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres na sola do nosso pátrio africano. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, o qual é, ao me no tempo, o seu força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres, e até mesmo as crianças do nosso terra.

E que ninguém se atreva se ousamos afirmar que não sentimos nenhum orgulho particular pelo facto de que cada dia, e pelo força das circunstâncias, criados ou impostos pelo governo de Portugal, um maior número de jovens portugueses sucumbe inglórioamente sob o fogo intenso das armas dos nossos combatentes. Não, estamos orgulhosos, sim, Senhor Presidente, estamos muito orgulhosos de consciência nacional cada dia maior dos nossas populações, da unidade doravante

indestrutível do nosso povo, forjada no luto, do desenvolvimento harmonioso e simbiótico das culturas dos diversos grupos étnicos; das escolas, dos hospitais e dos postos sanitários que funcionam em pleno dia, apesar das bombas e dos assaltos terroristas dos colonizadores portugueses. Estamos orgulhosos dos cruzados do povo que abastecem cada vez melhor as populações; do aumento e do melhoria qualitativa da produção agrícola; da beleza, da altivez e da dignidade das nossas crianças e das nossas mulheres, que eram os sercos humanos mais explorados do nosso terra. Estamos orgulhosos de ver milhares de adultos alfabetizados, de ver os nossos camponeses utilizarem, para si próprios ou para os seus filhos, comprimidos e outros medicamentos bem simples mas que nunca tinham tido a oportunidade de conhecer. E enfim, mas não menos importante, estamos orgulhosos de ter formado, durante a luta, nada menos que 497 quadros superiores, médicos e profissionais, e pelo facto de que, neste mesmo momento, 495 rapazes e raparigas prosseguem os seus estudos em escolas superiores, médicos e profissionais dos países amigos da Europa, enquanto 15.000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias e 5 escolas secundárias, internatos e semi-internatos, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professoras e professores.

Isso constitui o maior orgulho do nosso povo e a sua maior vitória sobre os colonizadores portugueses. Pois é uma vitória sobre a ignorância, a medo e as doenças, flagelos impostos ao nosso povo, ao homem africano do nosso terra, durante mais de um século, pelos colonizadores portugueses. Constitui também, Senhor Presidente, a prova mais brilhante da soberania do nosso povo.

Na verdade, o nosso povo é livre e soberano na maior parte do seu território nacional. Para defender e preservar esta soberania, e para desenvolver em toda a extensão do território nacional, tanto no continente como nas ilhas, dispomos não só das nossas forças armadas mas também de todos os instrumentos que definem um Estado, o qual, sob a direcção do nosso Partido, se reforça e se consolida de dia para dia. Na realidade, a nossa situação é, desde há algum tempo, comparável à dum Estado independente que tem uma parte do seu território nacional, nomeadamente os centros urbanos, ocupada por
 .../...

forças militares estrangeiras. Isso é tanto mais verdade que, de há uns anos para cá, o nosso povo deixou de estar sujeito à exploração económica dos colonialistas portugueses, pois estes já não podem praticar uma tal exploração. E nós estamos tanto mais certos de concluir a libertação do nosso país que é verdade que, tanto nos centros urbanos e nas zonas ocupadas de Guiné como nas Ilhas de Cabo Verde, a nossa organização clandestina e a acção política dos nossos militantes são mais vigorosas do que nunca.

Queremos reafirmar perante V. Excellências este certeza: nenhuma força no mundo poderá evitar a libertação total do nosso povo e a conquista de independência nacional do nosso terre. Reafirmamos igualmente o carácter indestrutível da unidade do nosso povo africano de Guiné e Cabo Verde, assim como a nossa determinação inabalável de libertar do jugo colonial e de ocupação militar portuguesa to das as parcelas do nosso território nacional.

Qual é, face a uma tal situação e à nossa determinação, a atitude do governo de Portugal? Até à morte de Salazar, cujo mentalidade arcaica não podia conceber que umas concessões fictícias fossem feitas aos africanos - a guerra colonial não fêz mais que reciclar-se. Salazar, que repetiu e quem o quisesse ouvir que "a África não existe" - afirmação que exprime, é certo, um racismo denunciado, nos também sintetize à perfeição os princípios e a prática da política colonial portuguesa de todos os tempos - não poderia, na sua idade, sobreviver a esta afirmação máxime de existência de África, quer dizer, a resistência armada vitoriosa dos povos africanos, frente à guerra colonial portuguesa. Salazar não passava dum crente fanático do dogma da superioridade do europeu e da inferioridade do africano. Ele morreu, como se sabe, doente de África.

O seu sucessor, Marcello Caetano é, além disso, um teórico (professor de direito colonial na Faculdade de Direito de Lisboa) e um prático (ministro das colónias durante vários anos). Caetano, que pretende, como o afirmou muitas vezes, "conhecer os pretos", optou por uma política nova que, nas relações sociais, deve ser a do bom patrão que aperte a mão do criado e, no plano político, no interior,

e da velha tática do pau numa mão e do açúcar na outra e, no exterior, e de utilizar os argumentos, e até mesmo as próprias palavras do adversário, para o confundir, nos conservando a sua própria posição. Aliás, é essa a diferença entre o salazarismo de Salazar e o neo-salazarismo de Coeteno. Os fins continuam os mesmos: a perpetuação da dominação branca sobre as massas negras do nosso país.

A nova tática de Coeteno, que o nosso povo chama "a política do sorriso e do sangue" não é mais, na nossa terra, do que um resultado, um êxito mais da nossa própria luta, como tão bem o sublinheram várias pessoas que visitaram as zonas ainda ocupadas do nosso país, entre elas o congressista americano Charles Diggs. Como, de resto, tão bem o compreenderam as populações das zonas ocupadas que, frente às concessões desagógicas dos colonialistas, murmuram: "djerano, PAIGC" (obrigado, PAIGC).

Apesar destas concessões, apesar da orquestração dum vasta propagação, tanto na nossa terra como no plano internacional, esta política fracassou na nossa terra. Com efeito, as populações das regiões libertadas estão mais do que nunca unidas à volta do nosso Partido, enquanto as dos centros urbanos e das zonas ainda ocupadas dão cada dia mais apoio à luta e ao nosso Partido, tanto na Guiné como na Cabo Verde. Centenas de jovens abandonaram os centros urbanos, sobretudo Bissau, para se juntarem a nós. As deserções aumentam no seio das chamadas unidades africanas, vários elementos das quais já foram presos pelas autoridades coloniais.

Frente a uma tal situação, os colonialistas aumentam a repressão nas zonas ocupadas, nomeadamente nas principais cidades, e intensificam os seus bombardeamentos e os assaltos terroristas contra as regiões libertadas. Tendo sido obrigados a confessar que não podem ganhar o guerra, se bem agora que nenhuma espécie de manha poderá desmobilizar o nosso povo, que nada poderá porer a sua marcha para a libertação total e a independência. Procurem, pois, aguentar de qualquer maneira, mobilizando ao mesmo tempo suplemente os meios de que dispõem para destruir o máximo possível de vidas humanas e dos bens materiais do nosso povo. É neste quadro que os colonialistas

intensificaram a utilização do napalm e se prepararam activamente a utilizar contra nós produtos tóxicos, herbicidas e desfolhantes, de que constituíram grandes stocks em Bissau.

O desespero do governo português é tanto mais compreensível que é certo que a luta dos povos irmãos de Angola e Moçambique se desenvolva com êxito e que o próprio povo de Portugal se revolta cada dia mais contra a guerra colonial. Com efeito, apesar de certas aparências, a situação económica, política e social em Portugal detegriou-se cada vez mais, enquanto a população diminui, sobretudo por causa da guerra colonial.

Permite-nos, Senhor Presidente, reafirmar aqui a nossa solidariedade, não só para com os povos africanos irmãos de Angola e Moçambique, mas também para com o povo de Portugal, que nunca confundimos com o colonialismo português. Estemos mais do que nunca convencidos de que a nossa luta e a libertação total da nossa terra servem os interesses maiores do povo de Portugal, com o qual desejamos esta vez estabelecer e desenvolver as melhores relações de cooperação, solidariedade e amizade, no independentismo e ao serviço do progresso dos nossos países.

Senhor Presidente,

Se o governo de Portugal se tem obstinado na sua política absurda e desumana de guerra colonial durante estes últimos quase dez anos, a ONU, por seu lado, tem dado, em nossa opinião, uma contribuição apreciável, moral e política, ao desenvolvimento da nossa acção libertadora. Com efeito, as resoluções proclamando a legitimidade da nossa luta por todos os meios necessários, o apelo lançado aos Estados membros para que dêem toda a ajuda possível aos movimentos de libertação em África, as recomendações aos organismos especializados para que cooperem com os movimentos através da OUA, a audiência dos representantes destes movimentos, pelo Conselho de Segurança em Adis-Ababa, a atribuição de estatuto de observador a certos movimentos de libertação e, no nosso caso particular, a visita da Missão Especial ao nosso país e o reconhecimento do nosso Partido pelo Comité de Descolonização, como o único, legítimo e verdadeiro representante

do povo da Guiné e Cabo Verde, são uma ajuda importante ao nosso povo em luta.

Por isso temos a alegria e a honra de agradecer o Comité de Descolonização e o seu muito dinâmico presidente, o embaixador Selin, a 4.^a Comissão e, através dele, a Assembleia Geral e todos os Estados-membros, favoráveis à nossa causa, por uma tal ajuda.

Isso quer dizer que não achamos que a ONU seja capaz de fazer mais em favor da nossa luta? Não, estamos convencidos de que a organização internacional pode e deve fazer mais para acelerar o fim da guerra colonial na nossa terra e a libertação total do nosso povo. É por isso que em Adís-Abeba submetemos propostas concretas ao Conselho de Segurança quando tivemos a honra de ser ouvidos por este órgão. É também em razão desta confiança na ONU e na sua capacidade de acção, especialmente no nosso caso concreto, que estamos aqui para submeter a V. Excellências novas propostas que visam a uma cooperação mais estreita e mais eficaz entre a organização internacional e o nosso Partido, representante legítimo do nosso povo.

Antes disso, queríamos falar especialmente de alguns acontecimentos importantes, dignos mesmo, transcendentes, que tiveram lugar na nossa terra nos últimos meses.

Fão felizemo-nos dos êxitos já obtidos pelos nossos combatentes durante este ano, embora sejam muito importantes. Falaremos antes de mais da visita da Missão Especial das Nações Unidas ao nosso país, efectuada no mês de Abril último, e despeito de agressão terrorista desoncedada pelos colonialistas portugueses contra o Sul libertado, pero tentarem evitar que fosse realizada. Acontecimento histórico e único no quadro das actividades da ONU e dos movimentos de libertação, esta visita foi uma grande vitória do nosso povo, nos também da organização internacional e da humanidade. Ela trouxe um impulso novo à coragem e à determinação do nosso povo e dos nossos combatentes, que consentiram sacrificios por causa da sua realização.

Se é verdade que as constatações da Missão Especial não são mais do que a confirmação dos testemunhos de vários visitantes insuspeitos, de diversas profissões e nacionalidades, nem por isso essas

constatações deixam de ter um valor e um significado particular, por que são constatações de própria ONU, feitas por uma missão oficial devidamente autorizada pela Assembleia Geral e integrada e composta por dignos representantes de três Estados membros da organização. Por isso queremos sublinhar perante V. Excelências a importância transcendente do êxito da Missão Especial, agradecer a Assembleia Geral por a ter autorizado, agradecer o Equador, a Suécia e a Tunísia por terem permitido aos seus ilustres representantes, respectivamente, Suas Excelências os Senhores Horácio Senville Borja, Folke Lofgren e Keuel Belkhiris por terem feito parte dela. Renovemos as nossas felicitações a todos os participantes, inclusivamente o Secretário, Senhor Cheik Tidiane, e o fotógrafo, Senhor Youteke Fegote, funcionários da Secretaria Geral, por terem levado a cabo com coragem, determinação e consciência exemplar das responsabilidades um acto histórico e profundamente humanitário, ao serviço da ONU e do nosso povo, portanto ao serviço da humanidade.

Porém, será preciso lembrar que um acto, sejam quais forem as suas motivações, ficará sempre um facto estéril se ele não tiver consequências práticas concretas ?

Ao considerarmos a ONU a enviar uma Missão Especial ao nosso país, não tínhamos de modo nenhum como objectivo provar o que é hoje uma realidade conhecida por todo o gente : a soberania do nosso povo sobre estas regiões do nosso terra. Tínhamos, sim, deliberadamente, querido criar, para a ONU, mais uma base concreta para o desenvolvimento eficaz da sua acção contra o colonialismo português. O êxito da Missão Especial criou esta base. Perceç-nos justo e indispensável servirmo-nos dela e tirar-dela todas as consequências, pois, de acordo com a opinião da Missão Especial, estemos convencidos de que a situação política, e até mesmo jurídica do nosso povo não pode e não deve ser a mesma que antes. Estemos também convencidos de que a ONU será capaz de pôr em prática as recomendações da Missão Especial e declaremo-nos prontos a dar toda a colaboração necessária nos termos do sentido.

Claro que todo o acontecimento importante tem o seu aspecto

.../...

omedético. E o êxito da Missão não poderia escapar a este regre. Hoje, Senhor Presidente, a reacção verbal e escrita, tão desesperada como ridícula, do governo de Lisboa. A este respeito, limitar-nos-emos apenas a citar o ditado do nosso povo que afirma : aquele que coepe para o céu não faz nada do que sujar a cara.

Aliás, se me permitis, lembrarei aqui parente V. Excelências um facto muito pertinente. Quando, pela primeira vez na história da humanidade, um satélite artificial foi lançado ao Cosmos, um professor de Física do Instituto Superior Técnico de Lisboa deu uma entrevista à imprensa de capital portuguesa, para afirmar que não acreditava que um satélite estivesse realmente a girar em torno da terra. E tentou demonstrar cientificamente que isso não era possível. Todos os estudantes de Lisboa e, sobretudo, os do seu Instituto, tomaram esta decisão : telefonar-lhe todos os dias para lhe repetir ao ouvido os sinais do satélite : bip, bip, bip (risos).

Senhor Presidente,

Destacaremos igualmente um outro acontecimento não menos importante : a criação do primeiro Assembleia Nacional do nosso povo, no Guiné.

Temos a honra de anunciar a esta Comissão que acabamos de reglizar as eleições gerais, universais e secretas, em todas as regiões libertadas, para a criação dos Conselhos Regionais e da nossa primeira Assembleia Nacional, que será composta de 120 representantes, dos quais 80 eleitos entre os nossos populares e 40 entre os quadros do Partido. O nosso povo e o nosso Partido estão firmemente determinados a tirar todas as consequências da criação destes novos órgãos de soberania. A nossa Assembleia Nacional será chamada a proclamar a existência do nosso Estado e a dotá-lo de um executivo, que funcionará no interior do nosso país. Para isso estamos certos do apoio fraternal e activo dos Estados africanos independentes. Estamos enoq rejeitados pela certeza de que não só a África mas também o ONU e todos os Estados verdadeiramente anti-colonialistas deverão tirar todas as consequências deste político e jurídico, da situação da nossa nação africana.

A verdade é que, na etapa em que estamos de nosso luto, o governo português já não pode nem deve representar o nosso povo no seio da ONU ou de qualquer outra organização ou organismo internacional. Da mesma maneira que não poderia representá-lo no seio da OUA. É por isso, Senhor Presidente, que, para nós, não se põe o problema de pedir a expulsão de Portugal da ONU ou de qualquer outra organização internacional. O verdadeiro problema é saber se o nosso povo, que é soberano na maior parte do seu território nacional, que sabe de criar o seu primeiro Assembleia Nacional e que vai proclamar a existência do seu Estado, dotado de um executivo, terá ou não o direito de se integrar à Comunidade Internacional, no quadro das organizações de que dispõe, e apesar da ocupação de uma parte do nosso país por forças militares estrangeiras. O problema verdadeiro que se nos põe é o de saber se a ONU e todos os forças anti-colonialistas estão dispostos a reforçar o seu apoio e a sua ajuda moral, política e material à nossa nação africana, de acordo com as suas possibilidades concretas.

É verdade que a guerra está ainda no seu auge no Guiné e que devemos consentir ainda sacrifícios para obter a libertação da nossa pátria, o que, aliás, já aconteceu e acontece ainda a outros povos que dispõem de governo próprio e de uma personalidade jurídica internacional. Mas, também é verdade que, graças à solidariedade internacional, dispomos cada dia mais de meios, e de meios mais eficazes, para dar golpes mais duros às tropas coloniais portuguesas. E que a determinação do nosso povo, essa como o coragem e a experiência dos nossos combatentes são cada dia maiores.

E se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar no nosso terreno, é simplesmente porque ele nunca teve qualquer possibilidade de se sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aquelas que tiveram pela menos uma possibilidade de se saírem vitoriosas.

É também, Senhor Presidente, porque continuamos, como sempre, fiéis aos nossos princípios de paz, de busca de diálogo e de negociação com fim do conflito que opõe o nosso povo ao governo de

Portugal.

Em Cabo Verde, onde a fome se fez de novo sentir vivamente, enquanto os colonialistas reforçam a repressão devido ao progresso da nossa acção política, estamos determinados a desenvolver a luta por todos os meios necessários, a fim de libertarmos completamente o nosso povo africano do jugo colonial português.

Denunciamos perante V. Excellências o facto revoltante de que o governo de Portugal se aproveite agora da fome no arquipélago para exportar trabalhadores para Portugal e para as outras colónias, a fim de enfraquecer as forças vivas do nosso povo e tentar assim destruir a nossa luta. Queremos reafirmar que, na base da comunhão de sangue, de história, de interesses e de luta das populações do Guiné e Cabo Verde, estamos determinados a todos os sacrifícios necessários para libertarmos o arquipélago do domínio colonial português.

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação da ONU, por intermédio desta Comissão, as propostas seguintes, baseadas na realidade concreta de vida do nosso povo e em tudo o que achámos de dizer :

1. Diligências junto do governo português a fim de que se abram imediatamente negociações entre os representantes deste governo e o nosso Partido. Propomos que essas negociações tenham como base de trabalho a procura dos vias e dos meios adequados e mais eficazes para a cessura urgente do nosso povo à independência.

No caso de o governo de Portugal responder favoravelmente a uma tal diligência, poderíamos estudar ao mesmo tempo o modo de tomar em consideração os interesses de Portugal no nosso país.

2. Aceitação dos delegados do nosso Partido, com a capacidade de grupos associados ou de observadores em todos os organismos especializados da ONU, como únicos e legítimos representantes do nosso povo, tal como acontece já em relação à Comissão Económica para a África (CEA).

.../...

3. Desenvolvimento de uma ajuda concreta destes organismos especializados, sobretudo da UNESCO, da UNICEF, da OMS e da PAO, ao neg ro povo, no quadro da reconstrução nacional do nosso país.

(A este respeito, Senhor Presidente, antes de falar de quarte proposta, sugerimos que os organismos especializados da ONU, que devem cooperar ou colaborar com os movimentos de libertação, possam superar muitas normas, dignas, de burocracia, de legalismos, para que essa ajuda, essa cooperação possa ser a mais eficaz possível).

4. Apoio da ONU, moral e político, a todas as iniciativas que o neg ro povo e o nosso Partido estão decididos a tomar para acelerar o fim da guerra colonial portuguesa e o encadernento da independência de nossa nação africana, e para que esta possa em breve ocupar o lugar que lhe compete de direito no seio da Comunidade Internacional.

Na perspectiva de estas propostas serem seriamente tomadas em consideração, lançamos um veemente apelo a todos os Estados membros da ONU, em particular aos aliados de Portugal, aos países de América Latina, e especialmente ao Brasil, para que compreendam a nossa posição e dêm o seu apoio às aspirações legítimas do nosso povo africano à liberdade, à independência e ao progresso ao qual ele tem direito.

Estamos absolutamente certos de que os governos dos povos sul-americanos e, particularmente, do Brasil, compreenderão muito bem as nossas posições, pois que esses mesmos povos tiveram de se bater para se libertarem do jugo colonial. A esse respeito, Senhor Presidente, lembro que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o governo de Portugal têm o hábito de citar o caso brasileiro. Abusam, talvez, da convicção de que os outros ignorem a História. Porque o Brasil veio para a independência através da luta armada, depois que D. Pedro, príncipe de Portugal, nos ligou ao povo brasileiro, gritou, nas margens do rio Ipiranga, com os seus companheiros de luta, " independência ou morte !". Este grito de rebelião ficou na história sob o nome de "grito de Ipiranga".

Fois bem, era o caso de D. Pedro, filho do rei de Portugal. Mas o próprio Portugal se tornou uma nação independente, um Estado, através duma luta fratricida. Mais do que fratricida, porque D. Afonso Henriques se revoltou contra a mãe, D. Teresa, para poder conquistar a primeira independência do povo de Portugal.

Nos nós, Senhor Presidente, não somos portugueses, nemos são de filhos do rei de Portugal, do primeiro Ministro de Portugal ou de reis de Portugal.

Senhor Presidente,

Antes de terminar, permiti-nos agradecer muito vivamente todos os países africanos, os países socialistas, os países nórdicos e outros, que dão à nossa luta a sua ajuda fraternal para nos facilitar a tarefa grandiosa da libertação do nosso povo.

Queríamos igualmente agradecer aqui, diante de V. Excelências, às organizações internacionais, tais como o Conselho Mundial das Igrejas, o World Church Service, a Joseph Rowntree Social Trust de Inglaterra e outras organizações não governamentais que ajudam a nossa luta.

Temos também alguma coisa a dizer aos Estados que ajudam Portugal. Declaramos que não acreditamos que essa posição coincida com os sentimentos da maioria dos povos desses Estados. Declaramos igualmente que, seja qual for a ajuda que dão a Portugal, por um lado, não os confundiremos nunca com o colonialismo português, por outro lado, esta ajuda não poderá evitar de maneira nenhuma a libertação total do nosso povo. E que sabem que, com os nossos sentimentos e a nossa cultura africanos, estamos prontos a compreendê-los um dia, e estamos abertos a uma cooperação séria ao serviço duma vida de paz e de progresso para o nosso povo e no interesse também dos seus próprios povos.

Senhor Presidente,

Abusei do tempo, peço desculpas, tinha ainda muitas coisas a dizer, porque a luta é muito complexa. Mas quero simplesmente agradecer a V. Excelências pelo acolhimento e a atenção dispensadas, e,

.../...

ponho-me à disposição da Comissão para tentar responder às suas per
guntas. Não sou repetir, sou reafirmar a certeza no vitório do nos-
so povo no Guiné e Cabo Verde, na sua luta pela independência e o
progresso.

Obrigado, Senhor Presidente.

(aplausos prolongados).